

## capítulo dois

### Sobre a sociogênese do Estado

#### I

#### **O Primeiro Estágio da Monarquia Nascente: Competição e Monopolização no Contexto Territorial**

1. A coroa teve significados diversos em fases diversas do desenvolvimento social, embora todos os que a cingiram exercessem em comum certas funções centrais concretas e nominais, acima de tudo a de chefe militar contra inimigos externos.

No início do século XII, o antigo Império Franco do Ocidente, que quase não era mais ameaçado por inimigos externos, decaíra e se transformara em um aglomerado de domínios separados:

O laço que antes unira as "províncias" e as dinastias feudais à monarquia estava praticamente rompido. Apagados estavam os traços de dominação real que haviam permitido a Hugo Capeto e a seu filho, se não atuar nas grandes regiões controladas pelos seus vassallos, pelo menos circular por elas. Os grupos feudais de primeira categoria... conduziam-se como Estados independentes, impermeáveis à influência do rei e, mais ainda, aos seus atos. As relações entre os grandes senhores feudais e os monarcas estavam reduzidas ao mínimo. Essa mudança refletia-se até nos títulos oficiais. Os príncipes feudais do século XII deixaram de se denominar "comtes du Roi" ou "comtes du royaume".<sup>73\*</sup>

Nessa situação, o "rei" limitava-se ao que faziam os outros grandes senhores feudais: concentrava-se em consolidar suas posses, aumentando seu poder na única região onde ainda mandava, o ducado de França.

---

\* "Condes do rei", ou "condes do reino". (RJR)

Luís VI, rei de 1108 a 1137, preocupou-se, durante toda a vida, com duas missões: ampliar sua posse direta da terra no ducado de França — as propriedades e castelos ainda não, ou apenas parcialmente, enfeudados, isto é, as propriedades de sua própria família — e, na mesma área, subjugar todos os possíveis rivais, todos os guerreiros que podiam igualá-lo em poder. Um dos propósitos facilitava o outro: dos senhores feudais que subjugava ou derrotava tomava toda ou parte de suas propriedades, sem enfeudá-las a qualquer outra pessoa; através desses pequenos passos, aumentou as posses de sua família, a base econômica e militar de seu poder.

2. Nesse contexto, para começar, o monarca não diferia dos grandes senhores feudais. Os meios de poder a sua disposição eram tão pequenos que até senhores de porte médio e mesmo pequeno — desde que se aliassem — podiam enfrentá-lo com sucesso. Não apenas a preponderância da Casa Real em todo o reino desaparecera ao declinar sua função de comandante do exército comum, e ao avançar a feudalização, mas se tornara também extremamente precário seu poder monopolista dentro de seu próprio território hereditário, que era disputado por senhores rivais ou famílias de guerreiros. Na pessoa de Luís VI, a casa dos Capeto lutou contra as Casas de Montmorency, Beaumont, Rochefort, Montlhéry, Ferté-Alais, Puiset e muitas outras,<sup>74</sup> da mesma maneira que, séculos depois, os Hohenzollern, na pessoa do Grande Eleitor, tiveram que enfrentar os Quitzwow e os Rochow. Com a diferença de que os Capeto tinham possibilidade muito menor de sucesso. Era menor a diferença entre os meios militares e financeiros dos Capeto e de seus adversários, dado o estado menos desenvolvido das técnicas monetárias, tributárias e militares. O Grande Eleitor já exercia uma espécie de monopólio do poder em seu território, ao passo que Luís VI, à parte o apoio que recebia das instituições eclesásticas, era basicamente um grande senhor de terra que enfrentava senhores feudais possuidores de terras e poder militar algo menores; só o vencedor dessas batalhas poderia alcançar uma espécie de posição monopolista no território, a salvo da concorrência das demais Casas.

A leitura de crônicas da época mostra-nos o quão pouco os meios militares e econômicos dos Capeto desse período superavam os das demais Casas feudais no ducado de França; e como era difícil — dados o baixo grau de integração econômica, os transportes e comunicações precários e as limitações da organização militar feudal — a luta do “soberano” para conquistar um monopólio de poder mesmo no interior dessa pequena área.

Havia, por exemplo, a fortaleza da família Montlhéry, que controlava a rota entre as duas partes mais importantes do domínio dos Capeto, as áreas em volta de Paris e Orléans. Em 1015, o rei Roberto — um Capeto — doara essa terra a um de seus servidores, ou oficiais, o “grand forestier”, com permissão de nela construir um castelo. A partir do castelo, o neto do “grand forestier” já controlava a área circundante, na qualidade de senhor independente. Esse exemplo é típico dos movimentos centrífugos que ocorriam por toda a parte durante o período.<sup>75</sup> Após duras lutas, o pai de Luís VI conseguiu finalmente chegar a uma espécie de acordo com os Montlhéry: daria em casamento um filho bastardo seu, de dez

anos de idade, à herdeira dos Montlhéry e, dessa maneira, colocaria o castelo sob controle de sua Casa. Pouco antes de morrer, disse ele a seu primogênito, Luís VI:

Guarda bem aquela torre de Montlhéry que, causando-me tantos tormentos, envelheceu-me precocemente, e por causa da qual jamais desfrutei paz duradoura ou verdadeiro repouso... ela era o centro de gente pérfida, de perto e de longe, e as desordens só ocorriam através dela ou com ajuda dela... porque... estando Montlhéry situada entre Corbeil, por um lado, e Châteaufort, por outro, cada vez que surgia um conflito, Paris ficava isolada e as comunicações entre Paris e Orléans tornavam-se impossíveis, exceto com emprego de força armada.<sup>76</sup>

Problemas de comunicação do tipo que hoje causam dificuldades não pequenas entre Estados, não eram menos perturbadores, embora em escala diferente, naqueles primórdios do desenvolvimento social: nas relações entre um senhor feudal e outro — usasse ele ou não a coroa — e no tocante à distância relativamente microscópica entre Paris e Orléans, uma vez que Montlhéry fica a apenas 24km de Paris.

Boa parte do reinado de Luís VI se consumiu na luta para conquistar essa fortaleza, o que ele finalmente conseguiu, acrescentando Montlhéry aos domínios dos Capeto. Como acontecia em todos esses casos, a conquista implicou o fortalecimento militar e o enriquecimento da Casa vitoriosa. A terra dos Montlhéry trouxe ao rei uma renda extra de 200 libras — uma bela soma naqueles tempos —, além de 13 feudos diretos e 20 indiretos dela dependentes,<sup>77</sup> cujos rendeiros passaram a engrossar o poder militar dos Capeto.

Não foram menos demoradas e difíceis outras batalhas que Luís VI se viu obrigado a travar. Precisou de três expedições, em 1111, 1112 e 1118, para quebrar o poder de uma única família de cavaleiros em Orléans,<sup>78</sup> e levou 20 anos para subjugar as Casas de Rochefort, Ferté-Alais e Puiset e lhes acrescentar as terras às de sua família. Por essa época, contudo, o domínio dos Capeto era tão grande e bem-consolidado que, graças às vantagens econômicas e militares conferidas por propriedades tão vastas, seus proprietários haviam superado todos os seus rivais na França, onde passaram a exercer uma espécie de monopólio.

Quatro ou cinco séculos depois, o monarca se transformara no controlador monopolista de enormes meios militares e financeiros, gerados por toda a área do reino. Campanhas como as empreendidas por Luís VI contra outros senhores feudais, dentro de um único território, representaram os primeiros passos para a posterior consolidação da posição monopolista da monarquia. No início, a Casa dos reis nominais pouco se avantajava das Casas feudais em volta, em termos de propriedade de terras e poder militar e econômico. A diferença em propriedades entre os guerreiros era relativamente pequena e, por conseguinte, também em importância social, pouco importando os títulos com que se adornavam. Mais tarde, através de casamentos, compra ou conquista, uma dessas Casas acumulava cada vez mais terras e obtinha preponderância sobre os vizinhos. O fato de ter sido a velha Casa Real que conseguiu a primazia em França talvez estivesse

ligado — à parte as propriedades nunca irrisórias que tornaram possível seu novo começo — às qualidades pessoais de seus representantes, ao apoio da Igreja, e a certo prestígio tradicional. Mas a mesma diferenciação no tocante à propriedade entre guerreiros estava ocorrendo na mesma ocasião, conforme já mencionado, também em outros territórios. Acontecia a mesma mudança do centro de gravidade da sociedade guerreira, beneficiando algumas grandes famílias de cavaleiros, em detrimento de muitas outras de porte médio e pequeno, conforme já vimos. Em todos os territórios, cedo ou tarde uma família conseguia, acumulando terras, alcançar uma hegemonia. O fato de a coroa ter feito a mesma coisa, sob Luís, o Gordo, parece uma ab-rogação da função real. Dada a distribuição de poder social que então prevalecia, porém, ele não tinha alternativa. Na estrutura social, a propriedade familiar e o controle da estreita área hereditária constituíam a base militar e financeira mais importante até mesmo para o poder do rei. Concentrando suas forças na pequena área de França, estabelecendo hegemonia no espaço restrito de um território, Luís VI lançou os alicerces para a subsequente expansão de sua Casa. Criou um centro potencial para a cristalização da área maior da França, embora possamos dizer com segurança que ele não teve qualquer visão profética de tal futuro. Agiu sob a compulsão direta da situação concreta em que se encontrava. *Tinha* que conquistar Montlhéry para não perder o controle das comunicações entre partes de seu próprio território. *Tinha* que subjugar as famílias mais poderosas de Orléans, para que não sumisse seu poder nessa região. Se os Capeto não houvessem conseguido a preponderância em França, cedo ou tarde — tal como acontecia com outras províncias na França —, ela teria passado a outra Casa.

O mecanismo que gerou a hegemonia foi sempre o mesmo. De maneira semelhante — através da acumulação de propriedades —, em tempos mais recentes um pequeno número de empresas econômicas supera seus rivais e concorre entre si até que, finalmente, uma ou duas delas controlam ou dominam um dado ramo da economia, sob a forma de monopólio. Analogamente — acumulando terra e, dessa maneira, ampliando potencial militar e financeiro —, Estados, em tempos recentes, lutam pela preponderância numa dada parte do mundo. Mas, se na sociedade moderna, com a divisão mais extensa de funções que se observa, esse processo ocorre de forma relativamente complexa, distinguindo-se os aspectos econômicos, militares e políticos da hegemonia, na sociedade de Luís VI, dada a economia predominantemente de troca da época, tais aspectos permaneceram unificados. A Casa que dominava politicamente o território era também a mais rica no mesmo, detentora da mais extensa área de terra, e seu poder político diminuía caso o seu poder militar, que tinha origem no volume de receita produzida pelo domínio e número de servos e agregados, não excedesse o de todas as demais famílias de guerreiros da área.

Uma vez estivesse razoavelmente segura a preponderância de uma única Casa na pequena região, a luta pela hegemonia numa área maior subia para primeiro plano — a luta entre os poucos maiores senhores de território pela predominância dentro do reino. E foi essa a tarefa que os descendentes de Luís VI enfrentaram, as gerações seguintes dos Capeto.